

4.04.02 - Enfermagem / Enfermagem Obstétrica

AVALIAÇÃO DA PREMATURIDADE EM UM MUNICÍPIO DO CARIRI CEARENSE.

Rayllanne B. Barbosa^{1*}, Ana Raquel B. Saraiva², Ana Maria M. Borges³, Lisandra V. da Silva⁴, Thaina F. Quinteiro⁵

1. Estudante do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, membro do Grupo de Pesquisa sobre Envelhecimento e Saúde Coletiva- GPESC
2. Profa de Graduação em Enfermagem da UNILEÃO, membro GPESC/ Orientadora.
3. Profa de Graduação em Enfermagem, membro GPESC.
4. Estudante do Centro Universitario Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, membro GPESC.
5. Estudante do Centro Universitario Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, membro GPESC.

Resumo:

A gravidez na adolescência é vista como um problema de saúde pública, principalmente nos países em desenvolvimento, devido as suas implicações sociais e biológicas.

Objetivou-se identificar a taxa de prematuridade associada com a baixa idade materna em um município cearense.

Pesquisa quantitativa, realizada em banco de dados nacional (DATASUS), do município de Juazeiro do Norte-Ceará, na qual avaliou o número de partos prematuros associado à idade materna (10 a 19 anos) durante os anos de 2003 a 2008, destacando os períodos de maior ocorrência. A pesquisa obedeceu a Resolução 510/2016.

Assim, os anos de maiores ocorrências de prematuros foram 2006, 2007 e 2008, com taxas de 8,2%, 7,2% e 5,7% dos nascidos vivos, respectivamente.

Conhecer e avaliar o quantitativo de gestantes em idade precoce e o número de nascimentos de prematuros de uma área em um período de tempo é importante para determinação dos riscos vitais relacionados a condições do nascimento, crescimento e desenvolvimento infantil.

Autorização legal: Pesquisa realizada em banco de dados secundário nacional (DATASUS) obedeceu aos preceitos da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Palavras-chave: Prematuridade; idade materna; Gravidez na adolescência.

Apoio financeiro: Pesquisa autofinanciável.

Introdução:

A prematuridade é considerada atualmente como um problema de saúde pública, visto que a ocorrência está cada vez mais evidente, principalmente na adolescência.

São vários os fatores que levam ao aumento da taxa de prematuridade, dentre os quais as malformações, baixo peso, ineficácia da assistência durante o pré-natal, doenças crônicas, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e a idade materna, menor que 19 anos (FREITAS, 2015).

Sabe-se que a gravidez na adolescência é um dos principais problemas de saúde reprodutiva no mundo inteiro. Estima-se que por volta de 15 milhões de partos são realizados entre adolescentes por ano, correspondendo a um quinto de todos os nascimentos realizados anualmente (SANTOS et al., 2009)

Alguns estudos afirmam que um para cada quatro partos são de mães adolescentes, com idade inferior a 19 anos. Essas gestantes requerem uma atenção especial para não ocorrer complicações que possam prejudicar o binômio mãe e bebê (GRAVENA, 2013).

Torna-se essencial realizar estudos que mostrem a relação com idade materna e prematuridade para que assim consigam realizar medidas de prevenção da gravidez na adolescência e suas complicações.

Objetivou-se identificar a taxa de prematuridade associada com a baixa idade materna em um município cearense.

Metodologia:

Pesquisa quantitativa, realizada em um banco de dados secundários nacional (DATASUS), sendo avaliados os dados do município de Juazeiro do Norte, Ceará.

A escolha pelo município de Juazeiro do Norte-CE deve-se ao fato de ser uma das três cidades que compõe a Região Metropolitana do Cariri, uma região com enorme potencial de desenvolvimento econômico, cultural, ensino, entre outros.

Cabe lembrar que o município de Juazeiro do Norte, possui um Hospital e Maternidade referência em obstetrícia, com suporte para atendimento a prematuros

através de uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN).

Com isso, foi avaliada a relação entre o número de partos prematuros associados à idade materna (10 a 19 anos), sendo destacados os períodos de maior ocorrência 2006, 2007 e 2008.

Foram utilizadas, ainda, pesquisas nacionais disponíveis na Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), para ajustar os resultados em consonância com a literatura.

Por se tratar de uma pesquisa a qual foi utilizada dados secundários, obedeceram aos preceitos da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Resultados e Discussão:

A ocorrência de um parto prematuro pode estar relacionada a várias e imprevisíveis circunstâncias e exige das unidades de saúde equipamentos adequados e profissionais capacitados para prestar atendimento imediato ao binômio mãe e filho (RAMOS; CUMAN, 2009).

Considera-se parto prematuro todo aquele que ocorre antes da 37ª semana de gestação (RAMOS; CUMAN, 2009).

Diante do número expressivo de casos de partos prematuros optou-se por analisar e fazer uma relação com a idade materna, sendo visto a partir da ocorrência do total de partos no município estudado, nos anos de 2003 a 2008.

Os anos que apresentaram maiores ocorrências foram 2006, 2007 e 2008, com respectivamente 4146, 4217 e 4087 nascimentos. Nesses mesmos períodos as taxas de prematuridade ficaram em 8,2%, 7,2% e 5,7% do total de nascimentos.

Quando se avalia a idade materna associando ao total de partos prematuros, percebeu-se que 2006, 2007 e 2008 apresentaram respectivamente, 22,1%, 21,8% e 20,7% de mães adolescentes.

Sabe-se que o conhecimento das características de uma população ou grupo específico favorece a redução dos índices dos indicadores de saúde, principalmente os que podem contribuir para o aumento do coeficiente de morbimortalidade infantil (RAMOS; CUMAN, 2009).

A gravidez na adolescência é considerada o maior fator que ocasiona danos à saúde materna e traz complicações perinatais. Diante de uma gravidez precoce esses danos são potencializados quando se avaliam às condições socioeconômicas, geográficas e até mesmo a própria dificuldade de acesso aos serviços assistenciais (OLIVEIRA; GAMA; SILVA, 2010).

Em um estudo realizado por Oliveira, Gama e Silva (2010) que avaliaram a relação da idade materna com a mortalidade, observaram características diferentes em cada componente do óbito infantil e não foi significativa em relação à natimortalidade. Contudo, permitiu-se verificar uma tendência maior de óbitos, ainda no primeiro ano de vida à medida que diminuía a idade materna, mas apresentou um efeito direto ao avaliar os óbitos pós-neonatais (29 dias de vida à 11 meses e 29 dias) (OLIVEIRA; GAMA; SILVA, 2010).

Diante da gravidez na adolescência e todas as suas implicações surge à necessidade da criação de medidas e programas de planejamento familiar específicos para os adolescentes. Essas medidas possibilitam acesso aos adolescentes dos atendimentos realizados por profissionais capacitados, voltados para educação sexual na adolescência, com explicações sobre os diversos métodos contraceptivos (GODINHO et al., 2000; LIMA et al., 2004; MONTEIRO et al., 2007).

A gravidez na adolescência deveria ser vista como vários fatores para orientações e cuidados de prevenção. No entanto, alguns estudos demonstram que muitas adolescentes voltam a engravidar, ainda no primeiro ano após o parto, o que leva ao comprometimento das condições sociais e de saúde tanto das jovens quanto dos seus filhos (OLIVEIRA; GAMA; SILVA, 2010).

Importante salientar a necessidade de estudos que avaliem as medidas políticas com relação ao crescente número de gestações na adolescência. Viabilizando dados que demonstrem, inclusive, a eficácia dessas ações, salientando a necessidade da participação da sociedade e da família na atenção às adolescentes grávidas (PARIZ et al., 2012).

Sabe-se que o acompanhamento do pré-natal torna-se ferramenta indispensável para a prevenção de resultados negativos da gestação e também no período neonatal. Esse acompanhamento adequado permite identificar as situações de risco de forma precoce, o que leva a redução da ocorrência de óbitos maternos e neonatais (OLIVEIRA; GAMA; SILVA, 2010).

Dessa forma, medidas de busca às adolescentes grávidas para a continuação do pré-natal e seu acompanhamento de forma eficaz, podem ajudar a minimizar os riscos da prematuridade. No entanto, a educação em saúde ainda é vista como a melhor ferramenta para a prevenção da gravidez na adolescência.

Conclusões:

Conhecer e avaliar o quantitativo de gravidez na adolescência, bem como o número de nascimentos de prematuros de uma área em um determinado período, permite conhecer reconhecer os riscos aos quais essas jovens estão expostas. Assim, medidas mais eficazes poderão ser pensadas e planejadas para viabilizar uma assistência de qualidade ao binômio mãe e filho.

Torna-se fundamental orientar e prestar assistência aos adolescentes com relação à gravidez precoce, de forma mais educativa e inclusiva para o acesso aos métodos contraceptivos e a própria informação nas unidades de saúde.

Com isso, a medida que os jovens conhecem os métodos e têm a garantia de acesso na unidade de saúde, sem sofrer qualquer constrangimento, permite a redução da gravidez e das doenças sexualmente transmissíveis.

Vale ressaltar, que essas orientações devem ser realizadas tanto para o público feminino, quanto para o masculino. No sentido de ampliar o olhar para os riscos que os jovens estão expostos, o que levará a uma melhor qualidade de vida desses adolescentes.

Referências bibliográficas

FREITAS, P. F.; ARAUJO, R. R. Prematuridade e fatores associados em Santa Catarina, Brasil: análise após alteração do campo idade gestacional na Declaração de Nascidos Vivos. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.** [online]. 2015, vol.15, n.3, p.309-316.

GODINHO, R. A. et al., Adolescentes e grávidas: onde buscam apoio? **Revista Latino-Americana de Enfermagem.** v. 8, n. 2, p. 25-32, 2000.

GRAVENA, A. A. F. et al., Idade materna e fatores associados a resultados perinatais. **Acta paul. enferm.** [online]. vol.26, n.2, pp.130-135, 2013.

LIMA, C. T. B. et al. Percepções e práticas de adolescentes grávidas e de familiares em relação à gestação. **Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil.** v. 4, n. 1, p. 71-83, 2004.

MONTEIRO, C. F. et al., A violência intra-familiar contra adolescentes grávidas. **Revista Brasileira de Enfermagem,** v. 60, n. 4, p. 373-6, 2007.

OLIVEIRA, E. F. V.; GAMA, S. G. N.; SILVA, C. M. F. P. Gravidez na adolescência e outros fatores de risco para mortalidade fetal e infantil no Município do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública.** 26(3):567-578, mar, 2010.

PARIZ, J. et al.,. A atenção e o cuidado à gravidez na adolescência nos âmbitos familiar, político e na sociedade: uma revisão da literature. **Saúde e Sociedade.** v.21 n.3, 2012.

RAMOS, H.A.C; CUMAN, R.K.N. Fatores de Risco para Prematuridade: Pesquisa Documental. **Esc Anna Nery Rev Enferm.** abr-jun; 13 (2): 297-304, 2009.

SANTOS, G.H.N.; MARTINS, M. G.; SOUSA, M.S.; BATALHA, S. J.C. Impacto da idade materna sobre os resultados perinatais e via de parto. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.** vol.31 no.7, 2009.

SANTOS, N. L. A. C. et al.,. Gravidez na adolescência: análise de fatores de risco para baixo peso, prematuridade e cesariana. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. vol.19, n.3, pp.719-726, 2014.